

Hovione: investir 8 a 10 milhões/ano sem apoios

A Hovione tem entre os seus activos 35 patentes originais. Um portfolio que sustenta 350 patentes válidas em 40 países. "Somos das empresas com mais patentes em Portugal", afirma Peter Vilax, administrador da empresa química, fabricante de princípios activos para medicamentos como anti-bióticos ou anti-virais, que depois vende a um leque de cerca de 60 clientes, entre as grandes multinacionais farmacêuticas, as biotecnológicas e indústria de genéricos. Entre os 19 novos medicamentos a lançar, este ano, no mercado norte-americano, há três em cujo desenvolvimento a Hovione participou.

Segundo o administrador, a empresa investe em I&D cerca de 10% e 12% dos 78 milhões facturados. Dos 650 trabalhadores, 100 estão afectos ao departamento de investigação. Uma actividade que em 2002 a empresa instalou num centro em New Jersey, nos Estados Unidos. Tem ainda uma fábrica em Macau, mas é em Loures, a sua sede que desenvolve ainda grande parte da actividade, empregando 450 trabalhadores, 80 dos quais na área de I&D.

Questionado sobre o recurso a incentivos públicos, designadamente o SIUPI, Peter Vilax explica que a "complexidade é agora tão grande" que a empresa deixou de utilizar fundos públicos, ao contrário do que aconteceu na década de 90. Aliás, no que respeita ao depósito de patentes no INPI - Instituto Nacional de Propriedade Industrial, o administrador diz que o processo é simples. "Este não é condicionado pela burocracia. O que significa que, pelo menos por uma vez, a culpa não é do Estado. É das empresas. O baixo número de patentes é reflexo da mentalidade dos empresários portugueses que querem o 'break-even' a 12 meses e o 'pay-off' a 18 meses". E

Incentivos utilizados

1. SIUPI - Incentivos à Utilização da Propriedade Industrial. Financia pedidos de patentes nacionais, internacionais e respectiva manutenção, bem como registo de marcas e desenhos industriais. Cerca de 65% dos beneficiários são inventores independentes. As empresas estão em minoria.

Peter Vilax propõe a criação de um Certificado de Empresa Inovadora, atribuível em função do número de doutorados e licenciados empregues.

fazendo jus à sua condição de membro da Cotec, Peter Vilax deixa uma sugestão: que os fundos públicos sejam apenas canalizados para as empresas inovadoras. A semente do que aconteceu no PEDIP, em que se introduziu a exigência de certificado de qualidade, o empresário propõe a criação de um Certificado de Empresa Inovadora, atribuível em função do número de doutorados e licenciados empregues ou da percentagem de renovação da carteira de produtos e serviços. ■



A empresa queixa-se de ter tido uma má experiência com o capital de riscos públicos.

Biotech: capital de risco avesso a I&D

A Biotech opera no segmento da biotecnologia farmacêutica. Constituída em 1996, é uma empresa jovem, com sede num país sem tradição em biotecnologia, que opera num sector de capital intensivo e de retorno lento. Um conjunto de factores adverso à atracção de investidores. No final do ano passado, a empresa conseguiu fechar contrato com a PME Investimentos, a única capital de risco que aceitou envolver-se. Antes do desaire das tecnológicas, o Banco Mello Investimentos aceitou financiar o projecto, mas o interesse dos investidores nacionais pelas 'start-ups' tecnológicas esfriou com a recessão. O afastamento não aconteceu só em Portugal, mas para que uma empresa portuguesa possa atrair investidores internacionais é importante que o conforto da presença de um investidor local. Há ainda a questão da dimensão: os fundos internacionais querem operações com mais escala. Agora, já com uma carteira de produtos oncológicos em 'pipeline', ou seja na fase de testes pré-clínicos, a empresa está a tentar levantar mais capital, preferencialmente junto de capitais de risco especializadas ou 'corporate partners', revelou Pedro Pissara, o fundador, num encontro capital de risco e bioempreendedores, organizado pela Gesventure na passada semana.

O empresário começa por dizer que o arranque da empresa foi sustentado por um projecto de investigação financiado a 80% pelo Programa PRAXIS XXI. "Os restantes 20% foram suportados com as receitas geradas por serviços de consultoria", que, de resto, acabaria por ser a principal actividade da empresa até muito recentemente. Quando os responsáveis decidiram alterar o modelo de negócio, recorrendo à compra de compostos para desenvolvimento, foi necessário levantar mais capital. Recorreram ao NEST. "Novos Entraves

Incentivos utilizados

1. PRAXIS XXI - Intervenção Operacional da Ciência e Tecnologia. O programa financiou bolsas de formação e projectos de investigação entre 1994 e 1999, o período de vigência do QCA II. Foram investidos 500 milhões de euros de fundos públicos.
2. NEST - Novas Empresas de Suporte Tecnológico. Apoiava a criação de empresas, garantindo acesso directo ao Fundo de Sindicância de Capital de Risco. É o mecanismo central do fomento ao empreendedorismo e à transferência de tecnologia das universidades para o mercado.

O arranque da empresa foi sustentado por um projecto financiado a 80% pelo Programa PRAXIS XXI.

ao Sistema Tecnológico", na versão de Pedro Pissara. "Não funciona. Foi uma aventura de um ano". Terminou bem, com a entrada da PME Investimentos, mas o empresário não deixa de criticar: "tivemos uma péssima experiência com o capital de risco públicos, os tempos de resposta são brutais". Ainda assim, reconhece, "a dinâmica começa a mudar". ■



Peter Vilax propõe que os fundos públicos sejam apenas canalizados para empresas